

METODOLOGIA E PLANO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO NOVO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO IFSC¹

1. Introdução

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) busca apresentar um caminho a ser seguido pela Instituição, de forma a cumprir a sua missão e alcançar seus objetivos, vislumbrando um horizonte de cinco anos. O atual PDI do IFSC foi elaborado entre 2008 e 2009 e aprovado pela Resolução 24/2009 do Conselho Superior, de 26 de junho de 2009, com vigência para o quinquênio 2009-2013.

O Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, estabelece o conteúdo mínimo do PDI:

- I. missão, objetivos e metas da instituição;
- II. projeto pedagógico da instituição;
- III. cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, especificando-se a programação de abertura de cursos, aumento de vagas, ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, a previsão de abertura dos cursos fora de sede;
- IV. organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número de turmas previstas por curso, número de alunos por turma, locais e turnos de funcionamento e eventuais inovações consideradas significativas, especialmente quanto a flexibilidade dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades práticas e estágios, desenvolvimento de materiais pedagógicos e incorporação de avanços tecnológicos;
- V. perfil do corpo docente, indicando requisitos de titulação, experiência no magistério superior e experiência profissional não-acadêmica, bem como os critérios de seleção e contratação, a existência de plano de carreira, o regime de trabalho e os procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro;
- VI. organização administrativa da instituição, identificando as formas de participação dos professores e alunos nos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos e os procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos alunos;
- VII. infraestrutura física e instalações acadêmica;
- VIII. oferta de educação a distância, sua abrangência e polos de apoio presencial;
- IX. oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado; e
- X. demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras.

Como indicado no inciso II do artigo 16 do Decreto 5.773/2009, um dos elementos do PDI é o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), equivalente ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) costumeiramente elaborado pelos estabelecimentos de ensino. Segundo Libâneo (2004), o PPP é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar. Pode-se dizer que é o documento pelo qual a instituição estabelece suas políticas de ensino, pesquisa, extensão, gestão de pessoas e gestão administrativa, bem como define a forma de relação com a sociedade e comunidade na qual está

1 Após apreciação pelo Conselho Superior em 19 de dezembro de 2012

inserida, servindo como a base de todo o planejamento da escola, no curto, médio e longo prazo. Por isso, embora seja exigido como parte integrante do PDI, o PPI pode ser entendido como um documento a parte e com vigência maior do que o próprio PDI, que projeta a instituição para um período de 5 anos.

Deste modo, o Plano de Trabalho proposto a seguir divide-se em três grandes fases: I) preparação para a elaboração do PDI, II) revisão do atual PPI do IFSC (seção do do PDI vigente) e III) construção do restante do documento, ou o PDI propriamente dito. Ressalta-se que a Comissão Central, ainda a ser criada, detalhará o plano de trabalho e a metodologia geral aqui apresentados e terá como principal papel garantir que o novo PDI seja elaborado de forma realmente participativa e se constitua numa efetiva ferramenta de gestão institucional.

2. Plano de Trabalho para Elaboração do PDI 2014-2018

A elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Institucional foi tema do projeto 17 do Planejamento da Reitoria em 2012, incorporado ao Planejamento Institucional 2013-2014 por meio do Macroprojeto M04. Inicialmente previsto para ser elaborado entre junho de 2012 e junho de 2013, o novo PDI teve seu processo de construção replanejado para ser finalizado em dezembro de 2013, conforme o cronograma geral apresentado no quadro 1.

<i>fase</i>	<i>etapa</i>	<i>início</i>	<i>fim</i>	<i>status</i>	<i>responsável</i>
I	Pesquisa do referencial teórico (legislação e orientações)	mai 2012	jul 2012	finalizado	DGC
	Pesquisa e avaliação de metodologias de elaboração participativa de PDI	mai 2012	nov 2012	finalizado	DGC
	Definição da proposta de metodologia de elaboração do PDI	nov 2012	nov 2012	finalizado	DGC
	Elaboração de diagnóstico do PDI vigente	mai 2012	dez 2012	em andamento	Comissão de diagnóstico ¹
	Aprovação de metodologia de elaboração do PDI, após consulta ao Colégio de Dirigentes e Conselho Superior	nov 2012	dez 2012	em andamento	PRDI
	Constituição da Comissão Central	fev 2012	fev 2012		PRDI
	Detalhamento do Plano de Trabalho e constituição das demais comissões	fev 2012	mar 2013		Comissão Central PDI
II	Preparação da comunidade acadêmica para a elaboração do PDI	mar 2013	jul 2013		Comissão Central PDI
	Revisão do Projeto Político Pedagógico Institucional	abr 2013	jul 2013		Comissão Central PDI
	Aprovação do PPI revisado pelo CEPE e Conselho Superior	ago 2013	ago 2013		Comissão Central PDI

¹ Ver seção 3.4, item c)

<i>fase</i>	<i>etapa</i>	<i>início</i>	<i>fim</i>	<i>status</i>	<i>responsável</i>
III	Elaboração do novo PDI	set 2013	nov 213		Comissão Central PDI
	Apreciação do documento no CEPE e Conselho Superior	dez 13	dez 13		Comissão Central PDI
	Publicação e divulgação do documento	dez 13	jun 14		PRERE

Quadro 1 - Proposta de Plano de Trabalho com etapas e cronograma gerais

3. Proposta de Metodologia Geral de Elaboração

A figura 1 resume, esquematicamente, a metodologia geral proposta para elaboração do novo PDI do IFSC, apresentando as comissões a serem criadas e os relacionamentos entre os elementos que comporão o processo.



Figura 1 - Estrutura organizacional do fluxo do processo de elaboração do novo PDI

3.1. Papel das comissões:

- Comissão Central:
 - supervisão geral do processo;
 - detalhamento das competências das demais comissões;
 - especificação dos produtos dos trabalhos das demais comissões;
 - definição dos critérios de escolha dos membros das comissões temáticas;
 - articulação das comissões temáticas com as comissões dos campi;
 - detalhamento da agenda;
 - consolidação do documento final;
 - articulação com conselho superior e demais órgãos colegiados.
- Comissão Operacional:
 - suporte ao uso das ferramentas de comunicação virtual;
 - suporte à formatação de documentos;
 - suporte à realização de eventos;
 - levantamento de dados e informações;
 - divulgação;
 - monitoramento das etapas do processo;
 - revisão de texto;
 - registro e documentação das atividades.
- Comissões dos Campi:
 - sensibilização e mobilização da comunidade acadêmica;
 - apoio às comissões temáticas nas discussões e sistematização de propostas;
 - apoio às comissões operacional e temáticas no levantamento de dados e informações do campus;
 - elaboração da proposta do campus quanto à oferta de vagas e consequente; planejamento de capacitação, infraestrutura e quadro de pessoal.
- Comissões Temáticas:
 - sistematização das proposições da comunidade provenientes de ferramentas de comunicação virtual, audiências, fóruns formais e comissões dos campi;
 - organização e desenvolvimento das discussões temáticas que subsidiarão o texto do PPI e PDI;
 - elaboração das minutas parciais do PPI e PDI.

3.2. Composição das comissões:

- Comissão Central (13 componentes):
 - Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional – presidente;
 - Secretário-Executivo do PDI (FG1 temporária);
 - Pró-Reitora de Administração;
 - Pró-Reitora de Ensino;
 - Pró-Reitor de Extensão de Relações Externas;
 - Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
 - Diretora de Gestão do Conhecimento;
 - representação do SINASEFE (2);
 - representação discente, a ser indicada pelos discentes do Con. Sup. (2)

- representação do Colégio de Dirigentes (2).
- Comissão Operacional:
 - Secretário Executivo do PDI – presidente;
 - Coordenadora de Planejamento;
 - servidores em número e com perfis a serem definidos pela Comissão Central;
 - estagiários.
- Comissões dos Campi
 - Diretor-Geral do campus;
 - Chefes de Departamento;
 - Assessor da Direção-Geral;
 - representação dos segmentos técnico-administrativo, docente e discente, a serem indicados pelo Colegiado do Campus.
- Comissões Temáticas:
 - Diretor ou Chefe de Depto. da Reitoria ligado ao tema da comissão.
 - servidores em número e perfil a serem definidos pela Comissão Central.

3.3. Considerações adicionais

- a) O ciclo de planejamento da instituição deve integrar vários macroprocessos que ocorrem total ou parcialmente desarticulados entre si: plano de ações anual (o que atualmente a instituição chama de “planejamento”), relatório de gestão, autoavaliação institucional, programação orçamentária e o próprio PDI, que deve ser referenciado também pelos diversos documentos norteadores da educação profissional e tecnológica, como o Plano Nacional de Educação, Lei de Diretrizes e Bases, Lei de criação dos Institutos Federais, Termo de Acordo de Metas, Estatuto e Regimento Geral do IFSC. Desta forma, conforme previsto no Macroprojeto 04 do Planejamento Institucional 2013-2014, o novo PDI deve ser capaz de estabelecer um Marco Referencial para os planejamentos estratégicos anuais do IF-SC e, por isso, precisa ter seu conteúdo estruturado de forma a cumprir com tal objetivo. Os 18 macroprojetos que compõem o Planejamento Institucional 2014-2014 do IFSC, foram estabelecidos a partir dos documentos norteadores justamente com a finalidade de orientar os planos de ação dos campi e pró-reitorias, fazendo o papel de complemento dos objetivos e de revisão das metas estabelecidas quatro anos atrás para o PDI vigente, quando a transformação de CEFET-SC em IFSC tinha apenas seis meses e o número de campi havia saltado de três para dezenove, dos quais apenas sete já estavam em funcionamento.
- b) O plano de trabalho e a metodologia aqui apresentadas foram elaborados a partir de pesquisa e análise comparativa de metodologias de elaboração do PDI de diversos Institutos e Universidades Federais, assim como na metodologia de planejamento escolar participativo segundo Gemerasca e Gandin (2002).
- c) Paralelamente à elaboração da metodologia geral, uma comissão foi constituída na Reitoria para realizar um diagnóstico da execução do PDI vigente, comparando-se o executado ao planejado. Quando finalizado, o relatório da comissão será amplamente divulgado, para que sirva como um dos elementos de base para a construção do novo PDI. Atualmente, este trabalho encontra-se na fase de análise dos dados levantados, pelos pró-reitores, prevendo-se sua finalização até março de 2013.

- d) Em função do tamanho da instituição e da complexidade de sua estrutura multicampi, torna-se imprescindível que ferramentas de comunicação virtual sejam empregadas na elaboração do PDI para maximizar a participação de servidores e alunos no processo.
- e) O Fórum de Desenvolvimento Institucional (FDI) do CONIF¹, por meio de sua Comissão de Articulação e Integração, deve concluir até março de 2013, um trabalho sobre diretrizes para estruturação do conteúdo e metodologias de elaboração dos novos PDIs dos Institutos Federais.

4. Referências

GEMERASCA, Maristela P.; GANDIN, Danilo. **Planejamento Participativo na Escola: O que é e como se faz**. 5ª ed. São Paulo, SP: Loyola, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática**. 5ª ed. Goiânia, GO: Alternativa, 2004.

1 Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica